

## AS RAÍZES DO GOLPE

### Economia e política na polêmica de Wanderley Guilherme dos Santos com Celso Furtado

---

*Marcelo Sevaybricker Moreira*

Em livro monográfico sobre as causas do golpe militar de 1964 no Brasil, o cientista político carioca Wanderley Guilherme dos Santos dialoga criticamente com a tradição de pensamento político-social do país, em especial com a obra do já então renomado economista brasileiro, Celso Furtado. O presente trabalho analisa essa polêmica<sup>1</sup> de modo a tentar compreender o contexto linguístico e histórico<sup>2</sup> em que ela se deu e a avaliar as críticas feitas por Santos às teses furtadianas. Além disso, a discordância de Santos em relação a Furtado, longe de consistir em uma questão datada historicamente e de restrita importância conceitual, incide sobre um tema fundamental na teoria política, a saber, a relação entre economia e política e a própria delimitação dessa última como dimensão “autônoma” do real. Nosso desiderato é compreender o significado discursivo e teórico desse tema na obra de Santos e no pensamento brasileiro da segunda metade do século passado, quando do surgimento da moderna ciência política no país.<sup>3</sup> Contudo, antes de passar à análise dos argumentos de Santos e de sua polêmica com Furtado, avaliaremos brevemente a trajetória intelectual do primeiro autor e o contexto em que seu livro foi escrito, até mesmo porque consideramos que traços dessa trajetória e desse contexto nos ajudam a compreender a polêmica abordada.

---

<sup>1</sup> Atente-se para o fato de que não houve um diálogo entre os dois autores, visto que Furtado não respondeu as críticas feitas pelo primeiro autor.

<sup>2</sup> Nesse sentido, fazemos uso, no caso, da metodologia de pesquisa sugerida por Skinner (2002), segundo a qual a compreensão da obra de um autor exige o entendimento do seu universo histórico-discursivo.

<sup>3</sup> Destarte-, não avaliaremos a obra de Furtado, a não ser marginalmente.

Apoiando-nos em outro trabalho antes realizado (Moreira, 2008) dividimos, numa perspectiva diacrônica, a obra de Wanderley G. dos Santos em três períodos, na medida em que há alguma inflexão temática, metodológica ou normativa. Cabe destacar que, como contribuição para a história das ideias políticas no Brasil, além da discussão da polêmica entre Santos e Furtado, ambicionamos ajudar no entendimento do pensamento do primeiro que, a despeito da sua importância intelectual, não foi ainda sistematicamente investigado.

De um modo geral, pode-se afirmar que a obra de Wanderley Guilherme dos Santos tipifica, como outros de sua geração, a própria transformação pela qual passou o pensamento político-social brasileiro da primeira para a segunda metade do século XX. O autor, ligado originalmente ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), ainda que bastante crítico das posições hegemônicas nos mesmos, formado num contexto histórico e semântico em que o marxismo e o nacional-desenvolvimentismo eram as forças intelectuais dominantes, inicia sua trajetória intelectual, no princípio dos anos 60, elaborando análises sociológicas da realidade brasileira e daí derivando as consequências para a política, se constitui, em meados da década de 70, em um “cientista político”, no sentido moderno e acadêmico do termo, reivindicando autonomia para os fenômenos e variáveis propriamente políticas. O que queremos destacar é que essa trajetória, que parte de um discurso preponderantemente sociológico e finda num discurso mais próprio à moderna ciência política, é um fenômeno observável não só na vida desse pensador brasileiro, como também no próprio pensamento brasileiro do século passado, haja vista a inexistência do segundo campo epistêmico até fins dos anos 60 no Brasil. Obviamente, que a Sociologia brasileira continuaria a exercer influência na opinião pública (como já observava Antonio Candido a respeito da “substituição” da literatura por essa última), mas, de qualquer modo, ela terá, doravante, que conviver e disputar com a ciência política o caráter de discurso adequado à explicação da política. Segundo essa nova tradição, as instituições políticas do Estado moderno (partidos, eleições, poder legislativo etc.) tornam-se objeto de estudo sistemático, e não mais epifenômenos derivados da estrutura socioeconômica.<sup>4</sup> Como muitos de sua época, Wanderley Guilherme dos Santos, depois de concluir a graduação em filosofia pela Universidade do Brasil e de ver as possibilidades de constituir uma trajetória acadêmica sendo duramente limitadas pelo contexto posterior ao golpe militar de 1964, foi realizar o doutorado em Stanford (Estados Unidos) em

---

<sup>4</sup> Não se postula, todavia, uma diferença substantiva entre esses dois campos epistêmicos, mas uma diferenciação histórica e discursiva que foi introduzida na e pela inteligência brasileira no período mencionado.

ciência política e, ao retornar, ajudou a fundar um dos principais centros de estudos nessa área, o IUPERJ (Instituto Universitário do Rio de Janeiro).

Em relação aos escritos de Santos, optamos por classificá-los do seguinte modo: a primeira fase (1962-63) denominamos de “Análise Socioeconômica e Crítica das Ideologias Brasileiras”, na qual o autor ainda não figura como um cientista político propriamente dito; a segunda (1967-88), “Ciência Política: Autoritarismo e Redemocratização”, posterior, portanto, à sua formação no exterior no campo de conhecimentos em que se consolidaria como intelectual; a terceira (1990-2008), “Ciência política: a poliarquia brasileira”, marcada basicamente pela centralidade da democracia como objeto – entendida, nos termos de Robert Dahl, como um regime político marcado por elevada liberalização [competição pelo poder] e participação política – e como ideal político do autor. Como a polêmica com o pensamento de Celso Furtado se dá na segunda fase, concentraremos a exposição, neste trabalho, nos dois primeiros períodos do pensamento do autor.

Membro da terceira geração do ISEB, importante núcleo de intelectuais nos anos 50 e 60, Santos inicia sua trajetória em fevereiro de 1962 com a publicação do texto “Quem Dará O Golpe no Brasil?”, quinto volume da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. Essa primeira etapa de seu pensamento é marcada pela influência de um discurso marxista, revelado, à primeira vista, pela utilização de conceitos como classes sociais, ideologia e condições materiais, mas também pela adoção da premissa de que as representações e as relações humanas (superestrutura) são determinadas pelas condições objetivas do real (estrutura). Como se pode inferir do título de sua primeira obra (e do título da coleção da qual ele fazia parte), Santos escrevia numa conjuntura mais ampla da época, de conscientização popular, em que o autor se identifica com os setores progressistas que deviam guiar as massas contra as forças golpistas e reacionárias (Pécaut, 1990).

Para além da questão da correção ou não de suas previsões acerca do golpe (ele, como outros, antevê que um golpe de estado seria dado no país, mas entende que esse movimento assumiria um caráter não-militar) importa destacar que o autor avalia os eventos políticos que iriam afetar o país partindo da análise da estrutura socioeconômica brasileira e de suas contradições intrínsecas. Ele parte do suposto de que o país se encontrava numa situação de disputa ideológica, na qual a classe dominante tenta persuadir com “cantos de sereia” o povo e a classe média da necessidade de um governo forte (“acima dos partidos”). Assim sendo, seria preciso “levar ao povo o esclarecimento sobre as ameaças reais que pesam sobre ele, a fim de criar a consciência capaz de repeli-las” (Santos, 1962a, p. 15).

Em meio à disputa de ideias que poderia mobilizar o povo contra seus próprios interesses, cumpre então, ao intelectual engajado, desmascarar esses mitos

(da necessidade de um governo forte e de “soluções técnicas”, da identificação do problema nacional com a falência dos partidos, do impasse entre forças democráticas e forças totalitárias etc.) e revelar ao povo a verdadeira realidade do país e as medidas adequadas à solução de seus impasses. Os setores progressistas, argumenta Santos, deveriam orientar o povo no sentido de que, apesar desse governo “acima dos partidos” ser factível, ele nunca seria um governo acima das classes sociais, dos interesses privados de algum grupo. Logo, tratar-se-ia de uma solução falsa, pois não alteraria a estrutura social vigente. Para o autor, o dilema nacional era que a estrutura social brasileira havia gerado um conjunto de mobilizações e reivindicações populares que ela mesma não poderia satisfazer. Importa reter que, nos escritos da primeira fase, Wanderley Guilherme dos Santos não confere à esfera da política autonomia em relação às esferas social e econômica (concebida, no caso, como parte constituinte da superestrutura). Assim, torna-se compreensível porque sua análise não examina detidamente as instituições políticas.

Se, em “Quem Dará O Golpe no Brasil?”, o alvo das críticas do autor são os defensores do golpe (quer à direita, quer à esquerda), em outros textos do primeiro período, a reflexão de Santos se dirige mais especificamente contra os adeptos do nacional-desenvolvimentismo, tradição de pensamento muito difundida nos anos 50 e 60, hegemônica no ISEB, instituto do qual fez parte o autor. Como se viu, ele argumenta que essa forma de pensamento é uma consciência distorcida do real, pois pressupõe que os conflitos classistas (que, para o autor, grassavam o país à época) poderiam ser superados por um projeto político que unisse todas as classes em prol do desenvolvimento econômico do país. Para Santos, a tentativa desses intelectuais de cooptar as massas resultava, na realidade, de uma carência do próprio processo de desenvolvimento, refletindo “na superestrutura, o caráter efetivamente progressista das forças materiais que lhe deram origem” (Santos, 1962b, p.185), embora estivesse inevitavelmente fadada ao fracasso, na medida em que os interesses do projeto desenvolvimentista se limitavam a consolidação do capital, divergindo, portanto, dos interesses populares.

Deve-se ressaltar que o desacordo do autor em relação à tradição nacional-desenvolvimentista já indica um primeiro ponto de desacordo entre os autores aqui estudados, uma vez que Celso Furtado foi, talvez, o mais proeminente intelectual dessa tradição no Brasil (Bielschowsky, 2000). O que se pontua aqui, portanto, é que já na primeira fase de sua obra, Santos se insere em uma tradição diversa da tradição de Furtado: o primeiro, mais próximo ao marxismo, e o segundo, no desenvolvimentismo do tipo nacionalista. Curioso também é o fato de que mesmo depois das profundas transformações do pensamento de Santos, na década de 70, afastando-o de suas reflexões iniciais, este autor antagonizará

ainda mais, na segunda fase da sua obra, com o pensamento de Furtado. Antes, contudo, dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, como argumentou em entrevista (Moreira, 2008), Santos não presume que a realidade política seja plenamente autônoma da dimensão socioeconômica, nem tampouco que tenha sempre maior poder explicativo do que esta última; trata-se de uma diferença de *ênfase*, razoável, no seu entendimento, na análise de alguns fenômenos, mas não de outros. Precisamente dessa maneira, os textos da primeira fase salientam menos a influência dos atores e das instituições políticas sobre os eventos analisados do que os seus textos posteriores, e, em alguma medida, eles mesmos são passíveis das críticas formuladas por Santos posteriormente.

De qualquer modo, parece que esse tipo de abordagem aflorou com força nesse período, como resultado mesmo da afirmação e autonomização da ciência política frente às ciências humanas e do fato de que, num regime autoritário, como o inaugurado em 1964, a própria política, em especial na sua dimensão institucional, ter se tornado o assunto por excelência a ser discutido. Como comenta acertadamente Sorj:

*A valorização da ciência política e da economia não deixou de ser um produto das urgências criadas pelo regime autoritário e da luta pela redemocratização. Um Estado forte – o tema do poder político – e o crescimento econômico – o tema do modelo econômico, substituídos posteriormente pela problemática de criação de partidos políticos e a análise das eleições, e a inflação na área econômica, serão as questões que darão as coordenadas do debate intelectual no período (Sorj, 2001, p. 70-71, grifos nossos).*

Em segundo lugar, quando falamos que o autor se formou em tradições próximas às do marxismo, não estamos supondo uma adesão ortodoxa a esta ou aquela vertente dessa tradição. Esse primeiro período de produção intelectual do autor é duramente interrompido pelo golpe de sessenta e quatro que, após uma semana, proíbe todas as atividades do instituto do qual fazia parte, o ISEB. O autor só retoma, então, as publicações no final dessa década, quando já realizava seu doutorado nos Estados Unidos. Curioso notar como muitos intelectuais brasileiros, dramaticamente afetados pelo movimento golpista, como José Murilo de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Fábio Wanderley Reis – muitos que acabaram constituindo-se como “pais-fundadores” da ciência política – acabaram se voltando reflexivamente para os “anos de chumbo”, posteriormente.

Pode-se observar também que os textos publicados na segunda fase (1967-88), quando confrontados com os anteriores, evidenciam três importantes inflexões,

relacionadas entre si: uma de caráter teórico, outra, metodológica, e uma terceira, de perfil mais temático. Vejamos cada uma delas.

Em primeiro lugar, há um afastamento do marco teórico marxista e, ao mesmo tempo, a adoção pontual de teorias de menor alcance, que conferiam maior autonomia à política e às suas instituições (em relação à economia e à dinâmica social), bem como ao próprio pensamento (em relação ao contexto social no qual é produzido).

Há também a utilização inovadora e sistemática de técnicas de pesquisa empírica, bastante sofisticadas para análise política feita à época no Brasil, sendo boa parte delas oriundas da ciência política estadunidense, com as quais o autor havia mantido recente contato, contrastando com os textos da primeira fase que utilizavam, no máximo, alguns dados estatísticos primários, tais como produção industrial, número do operariado, etc. (Santos, 1963). Esse é um traço que acompanhará o autor ao longo da sua trajetória: a preocupação de fundamentar, do ponto de vista empírico, suas análises sobre política através de sofisticados índices e técnicas de pesquisa.

Por fim, os textos do segundo período caracterizam-se por constituírem estudos voltados mais para análise de variáveis propriamente políticas (eleições, partidos, direitos e políticas sociais etc.), do que para a análise da estrutura social e econômica do país, ou de suas classes, como ocorria com os textos da fase anterior. Quer dizer, não apenas há um evidente “refinamento” metodológico, como os textos assumem cada vez mais uma feição de estudos de *política*, e não tanto de *sociologia*, como os da primeira fase.

A obra que, no nosso entendimento, melhor evidencia conjuntamente essas três inflexões, é *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Embora só fosse lançado posteriormente (1986), o livro é, na realidade, sua tese de doutorado, realizada nos fins dos anos 60 e início da de 70, *Impasse and Crisis in Brazilian Politics* (Santos, 1986, p. 12-13; 2003, p. 21). Cumpre ressaltar que o período de redação desse texto é concomitante ao da consolidação acadêmica e cultural da moderna ciência política brasileira, mencionado acima. Dessa maneira, sob uma perspectiva histórica, Santos pode ser compreendido como alguém que defendeu e, em certa medida, adotou uma postura que conferia uma independência (ainda que relativa) à política (em relação à dimensão socioeconômica) e à ciência política (em relação às outras ciências humanas no Brasil), estando ele mesmo em contato com o padrão científico que orientou a institucionalização e autonomização dessa ciência, em alguns centros acadêmicos do país, quer dizer, a ciência estadunidense. Nesse sentido, os textos dessa segunda fase do autor confirmam dois aspectos contextuais destacados pelos estudiosos de pensamento político brasileiro.

Em primeiro lugar, que a gênese da ciência política brasileira que,

institucionalmente falando, se deu nos anos sessenta e setenta do século passado, pressupôs um esforço de delimitação de um campo de conhecimento e de um método específico de estudo, diferenciando-a das análises já existentes sobre política no país, como as abordagens jurídica, sociológica e econômica (como a de Celso Furtado). Não é demais salientar que havia no Brasil uma tradição já antiga de pensar a política nas escolas de Direito e Economia (Lessa, 2010). Como comenta o próprio Wanderley G. dos Santos, desde a independência até meados de 1930, os intelectuais brasileiros tiveram o desafio de pensar o passado e o presente sem o “auxílio de instituições especializadas na absorção, geração e difusão de conhecimentos sociais” (2002, p. 25).<sup>5</sup>

Em segundo lugar (e relacionado ao primeiro ponto), confirma-se que essa gênese esteve associada a uma aproximação da comunidade científica brasileira com os Estados Unidos, através do financiamento de centros de pesquisa (como ocorreu com o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, o IUPERJ, do qual Santos foi membro-fundador e professor durante décadas), da já mencionada incorporação de novos métodos de pesquisa, da contratação de professores norte-americanos nas universidades brasileiras, bem como pelo fato de que vários jovens intelectuais brasileiros (como Santos) tenham ido aprimorar ou completar sua formação nos Estados Unidos.

Voltemos, entretanto, à argumentação do livro *Sessenta e Quatro* a fim de demonstrar como e porque ele pode ser tomado como um indicador paradigmático desse momento fundacional da ciência política brasileira e de uma nova fase no pensamento de Santos.

Em primeiro lugar, pelo modo como o autor aborda a política. Distante da maneira anterior de proceder na análise dos fenômenos políticos, nos quais esses eram compreendidos como resultado das forças econômico-sociais vigentes no país, o autor procura estabelecer uma nova maneira de compreensão da política. Essa assertiva só pode ser realmente compreendida ao se considerar as explicações existentes até então para o golpe. Santos observa que 1964 não recebeu a devida atenção dos estudiosos brasileiros, ainda que sobre ele já tivesse sido criado um conjunto de estudos significativo (1970). Isso teria ocorrido exatamente

---

<sup>5</sup> Cumpre esclarecer que não se desconsidera que o processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras teve início bem antes do período mencionado, por volta ainda da década de 30 do século XX, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da escola sociológica que nela se consolidou sob a liderança de Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, mas, como observa Lamounier, essa tradição de sociologia parece ter se desenvolvido “contra a Ciência Política, entendida como disciplina especial”, mais ligada, portanto, à tradição francesa do que norte-americana de pensamento político e social (Lamounier, 1982, p.417).

porque os intelectuais que procuraram entender esse evento baseavam-se no “paradigma clássico de análise social e política brasileira” (Santos, 1986, p.18), segundo o qual os processos políticos são interpretados como “dependentes de tendências macrossociais ou macroeconômicas” (*idem*, p.9). Exatamente por serem generalizantes, por partirem de explicações macro-históricas, as explicações existentes sobre o golpe (como as de Alfred Stepan e, especialmente, Celso Furtado) não foram, para o autor, capazes de captar as especificidades políticas do período. Dessa maneira, Santos avalia que

Industriais, massas marginais e proprietários de terra conservadores são categorias por demais agregadas para permitir a compreensão do que acontece no nível político. *A dinâmica de competição política entre partidos, e de facções dentro dos partidos, não representa um balé metafórico daquilo que ocorre na economia. A competição política efetivamente influi no curso da economia e da sociedade* (Santos, 1986, p. 21, grifos nossos).

Percebe-se que Santos reconhece uma validade parcial nesse paradigma (inclusive centrando suas críticas em Furtado por este tê-lo expressado com maior excelência do que os demais), mas objeta que o golpe só poderia ser devidamente compreendido se fossem introduzidas variáveis políticas específicas. São exatamente essas variáveis que constituem o roteiro do supracitado livro: fragmentação e radicalização partidária, rotatividade e instabilidade intraelites, etc. Nesse sentido, o autor esclarece a natureza de sua divergência com esse paradigma, do qual Furtado seria tributário.

De importância crucial no paradigma é o *status* dependente de variáveis e processos políticos que são quase sempre interpretados como subprodutos de tendências macrossociais e macroeconômicas. Sem negar a relevância de categorias tão amplas, *inclino-me para uma estratégia que entenda os processos políticos como variáveis independentes e que atraia a atenção para o exame de tendências empíricas que não seriam identificadas de outra forma* (*Idem*, p. 9, grifos nossos).

Assim, pode-se dizer que o autor procura nesse livro demonstrar como as instituições políticas afetam as variáveis econômicas e sociais, na medida em que definem a forma pela qual a competição econômica se traduz em alternativas políticas e em que causam um impacto no desenvolvimento posterior da estrutura social. Moral da história: dependendo das instituições políticas vigorantes, processos sociais e econômicos podem ter resultados diversos.



A principal premissa do presente trabalho, portanto, é a seguinte: conflitos sociais e econômicos geram impactos pela mediação da estrutura e competição políticas. *É sobretudo a estrutura do conflito político, em si, que importa para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo* (Idem, p. 22, grifos nossos).

Santos formula então um modelo formal-dedutivo de cálculo do conflito político, apresentado como apêndice ao livro, e aplica-o ao golpe, demonstrando que, a partir das evidências empíricas pertinentes, todas as crenças sobre a política brasileira são radicalmente subvertidas. Segundo esse modelo proposto por Santos, a situação que antecedeu 1964 é caracterizada pela dispersão de recursos políticos entre atores fragmentados e radicalizados (um sistema partidário pluralista polarizado), na qual nem o governo consegue formar uma maioria (a despeito de sua estratégia contraproducente de aumentar a rotatividade entre as elites nos cargos da burocracia estatal, tentando compor uma base estável), nem a oposição consegue mais do que formar coalizões *ad hoc*, com o objetivo de vetar as políticas propostas pelo Executivo, gerando, conseqüentemente, uma “crise de paralisia decisória”. Esta crise é tomada pelo autor como condição suficiente para a violência política, isto é, para a ruptura das regras do jogo de competição política, como se deu no Brasil em 1964. Esse modelo formal de análise do conflito político a partir das suas instituições (Parlamento, coligações partidárias, ministérios etc.) seria, a princípio, aplicável a qualquer situação concreta em que essas variáveis ocorressem, como se deu, segundo o autor, também na IV República Francesa, em 1958, na Turquia, em 1960, e no fim da República de Weimar (Santos, 2003, p. 19).

Contra as explicações correntes, como a de Celso Furtado (1965), de que o golpe decorria do impasse entre o Executivo, de base eleitoral urbana e de caráter progressista, e o Legislativo, de base rural e conservadora, Wanderley Guilherme defende que o evento foi uma crise de paralisia decisória, decorrente do conflito político entre atores com recursos similares (“equilíbrio político”) e ideologicamente polarizados. Assim, o golpe não teria sido causado por um projeto político específico (mais progressista, no caso de João Goulart), pois já nos anos anteriores ao golpe (1961-63), era possível encontrar evidências de que o Brasil vivia uma crise institucional, uma vez que nem o governo conseguia aprovar suas medidas, nem a oposição poderia formar uma coalizão para propor outro projeto para o país.

Resumindo esse ponto, *Sessenta e Quatro* é uma obra representativa do pensamento político de Wanderley Guilherme, porque constitui uma verdadeira reviravolta na sua trajetória intelectual, na medida em que busca delimitar o objeto

próprio de estudo da ciência política e da especificidade, portanto, dessa ciência em relação às demais ciências humanas. Grosso modo, nela vemos que o “sociólogo” de “Quem Dará O Golpe no Brasil?” transformara-se no “cientista político” plenamente formado em seu instrumental de análise, pois nela o golpe não é tratado como variável dependente das contradições de classe no país (ao contrário da obra acima citada), mas sim das instituições propriamente políticas, ou melhor, da incapacidade dessas instituições de processar os conflitos políticos, o que o autor chama de “crise de paralisia decisória”.

Parece-nos razoável também pensar que o autor formula, na realidade, uma autocrítica, em relação aos seus textos da primeira fase, nos quais a política é interpretada como função da estrutura socioeconômica. Essa alteração no pensamento do autor, evidenciada quando se confronta o tratamento dado ao fenômeno do autoritarismo nos dois livros mencionados decorre, segundo nossa interpretação, da ruptura do autor com o marxismo, enquanto marco teórico central de suas análises e da incorporação de teorias da ciência política norte-americana que assumiam a política como uma dimensão parcialmente autônoma da realidade e que dedicavam maior atenção às instituições políticas.

Vê-se também que Celso Furtado representa no texto de Santos não apenas aquele que melhor desenvolveu o paradigma clássico de análise, mas também um expoente da tradição desenvolvimentista<sup>6</sup> da ideia genérica de que a solução para as mazelas dos países periféricos é o desenvolvimento econômico.

Este modelo consagrado, total ou parcialmente absorvido pela vasta maioria dos analistas sociais brasileiros contemporâneos, *foi explicitado com maior clareza pelo ilustre economista, Celso Furtado*. Sua hipótese central sob a dinâmica do sistema identifica um “conflito entre as massas urbanas, sem organização definida e sob liderança populista, e a antiga estrutura de poder que controla o Estado e impregna todos os poros do organismo político no Brasil atual” (Santos, 1986, p. 18, grifos nossos).

Como demonstra Santos, o desenvolvimento, embora necessário, gera nesses países um conjunto de demandas e pressões cumulativas que ele mesmo não pode solucionar. Estas só podem ser absorvidas mediante um conjunto de instituições políticas adequadas. Foram exatamente essas instituições que não conseguiram dar uma solução às tensões político-partidárias pré-64, ficando imobilizadas diante da crise. Assim, comprovar-se-ia, segundo Santos, a hipótese

---

<sup>6</sup> Haja vista a própria notoriedade de Furtado nos meios intelectuais brasileiros nesse período (ver introdução de Luiz Felipe de Alencastro, em *Formação Econômica do Brasil* [2009]).

de que processos econômico-sociais são *mediados* por instituições políticas que constituem canais para a solução dos mesmos, não sendo o desenvolvimento econômico, por si só, capaz de transformar politicamente o país.

O “diálogo” com Furtado e com as teorias correntes sobre a crise de 1964 remete, por sua vez, a um terceiro aspecto destacado pela presente pesquisa: a adoção de metodologias próprias ao estudo da política. Nesse sentido, *Sessenta e Quatro* expressa paradigmaticamente outro ponto de inflexão no pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos, na medida em que toda a hipótese da crise de paralisia decisória, ideia central do livro, baseia-se no exame de evidências empíricas, como demonstram bem os capítulos terceiro (sobre a capacidade decisória do Congresso brasileiro), quarto (sobre os índices de fragmentação partidária ou dispersão política e de polarização ideológica), quinto (acerca das coalizões flutuantes) e sexto (sobre a rotatividade ministerial, bem como da burocracia não-ministerial, ligada às agências governamentais). Índice de fragmentação de Rae, escala de Guttman para medir a polarização ideológica, índice de Martin e Gray para aferir o equilíbrio parlamentar, índice de coesão de Rice para medir a unidade partidária etc. são algumas das ferramentas que o autor utiliza para corroborar a hipótese da crise de paralisia decisória enquanto recurso heurístico do golpe de 1964.

O livro *Sessenta e Quatro* é também importante, pois dá a tônica da segunda fase do pensamento de Wanderley Guilherme. Se na primeira fase, o tema hegemônico era a estrutura socioeconômica brasileira (contraditória e, por conseguinte, passível de um golpe), na segunda fase, o autor se debruça predominantemente sobre a temática do autoritarismo (em particular, o regime autoritário brasileiro vigente àquela época).

É justamente no que diz respeito ao *tema* que distinguimos ainda uma terceira fase do pensamento desse autor (1990-2008), que se diferencia da segunda pela emergência de uma nova temática antes tratada apenas marginalmente pelo autor: a democracia. Nesse caso, a democracia, seus avanços e impasses no Brasil, assume uma importância sem igual, tornando-se o assunto por definição de pesquisa do autor e, ao mesmo tempo, sua convicção política mais fundamental. Comparando o segundo com o terceiro período da sua obra, é como se o tema da democracia aparecesse apenas como ideal político, ao passo que o tema a ser mesmo analisado era o seu oposto, ou seja, o autoritarismo. Se a trajetória desse autor é representativa de toda uma geração de pensadores brasileiros, podemos, então, falar que a democracia emerge no pensamento brasileiro, primeiro, como realidade a ser forjada, e, só posteriormente, findado o processo de redemocratização, como fato a ser investigado e aprimorado. Como diz Lessa, em comparação com a experiência norte-americana, na qual a ciência política se

forma já num contexto democrático e com vistas a descrevê-la, no caso brasileiro a ciência política “tratou de investigar não a democracia, mas o ‘autoritarismo’, e a vislumbrar as formas de sua superação” (2010, p. 41).

À guisa de conclusão, importa acrescentar que a polêmica estabelecida por Santos em relação à obra de Furtado não se limita a uma contenda datada historicamente. Dizendo de outro modo, ainda que as críticas de Santos só possam ser bem compreendidas quando se leva em conta o contexto particular em que elas foram formuladas (não porque esse contexto determine, mas porque indica quais eram as principais disputas discursivas da época, no sentido de “lances de linguagem”, como o caracteriza Pocock [2003]), contexto esse de afirmação e autonomização da ciência política frente aos outros saberes, elas abordam um tema fundamental em teoria política, qual seja, o da própria definição do que é a “política” e de quais são os seus limites em relação a outras dimensões da realidade, como a economia, por exemplo. Um autor brasileiro que tem discutido essa temática de modo interessante é Fábio Wanderley Reis.

Temos a respeito a contraposição usual, nas discussões de ciência política, entre duas perspectivas ou “modelos”, contraposição esta que se liga com o problema da “autonomia” da ciência política como disciplina. *De um lado, há a perspectiva que destaca a esfera do Estado e pretende que aí estariam os fenômenos políticos. A ciência política seria autônoma na medida em que os fenômenos que interessam a ela pudessem se explicar por referência a essa esfera, dispensando o recurso ao plano “social”. Em contraste, temos o modelo “sociológico” de abordagem, segundo o qual a gente só explicaria o que ocorre no plano do Estado por referência ao que está “lá em baixo”, por assim dizer, no plano geral da sociedade* (2005, p. 25-26, grifos nossos).

Desse modo, poderíamos dizer que, ainda que não possa valer como premissa de análise de todo o pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos, é essa asserção sobre a autonomia da política (e, por conseguinte, da ciência política) que está por trás das suas críticas ao pensamento furtadiano (correspondente à primeira perspectiva, destacada acima por Reis), ainda que, curiosamente, essa última ideia se faça tão presente na primeira fase do pensamento do autor.

Nesse sentido, julgamos que talvez fosse necessário conciliar a análise das instituições políticas (como faz Santos tão exemplar e coerentemente em *Sessenta e Quatro*) com uma perspectiva da influência dos fatores sociais e econômicos sobre essas instituições (como a que fez Celso Furtado sobre o golpe). Se a própria dinâmica institucional não parece, de fato, irrelevante – como argumenta Wanderley Guilherme –, fatores como a presença das oligarquias brasileiras nessas instituições ou de líderes populistas com fortes tendências antidemocráticas – a

chamada problemática convivência do “moderno” com o “atrasado” que, segundo Furtado, nos caracteriza como povo subdesenvolvido – deve também ter pesado na escolha pela solução golpista por determinados setores da sociedade brasileira.

## Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa: 50 Anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp.23-40.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FURTADO, Celso. Political Obstacles to the Economic Development of Brazil. In: VELLIZ, Cláudio. **Obstacles to Change in Latin America**. London: Oxford University Press, 1965, pp. 145-161.
- LAMOUNIER, Bolívar. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. In: \_\_\_\_\_. (org.). **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Ed. UNB, 1982, pp.407-433.
- LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: Uma Aproximação Construtivista. In: MARTINS, Carlos Benedito. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010, pp. 13-49, 2010.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker**. *O Diálogo Crítico com a Teoria Poliárquica no Pensamento Político de Wanderley Guilherme dos Santos*. 247 p. **Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008**.
- PÉCAUT, Daniel**. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre O Povo e A Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- POCOCK, John**. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- REIS, Fábio Wanderley**. *Política, Democracia e a Questão Social*. Teoria e Sociedade. Número especial, dez. 2005, pp. 24-43.
- SANTOS, Wanderley Guilherme**. *Quem Dará o Golpe no Brasil? Cadernos do Povo Brasileiro*. In: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=691>> (acesso em set. 2009), 1962a.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo: Ideologia Dominante. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, dez. 1962b, pp.155-192.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.
- \_\_\_\_\_. Raízes da Imaginação Política Brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 7, 1970, pp. 137-161.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. A Ciência Política na América Latina: Nota Preliminar de Autocrítica, **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.23, n.1, 1980, pp.15-27.

\_\_\_\_\_. **Sessenta e Quatro**: Anatomia da Crise. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-social Brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *Belo Horizonte*, 11 de ago. 2008. **Arquivo impresso**. Entrevista concedida a Marcelo Sevaybricker Moreira, 2008.

SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da Resistência à Ditadura ao Governo FHC*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 (Regarding method, v. 2).

## Resumo

O presente trabalho procura retratar, de modo breve e parcial, a constituição da ciência política como campo discursivo particular na história do pensamento político-social brasileiro, a partir da polêmica estabelecida por um dos pais-fundadores dessa ciência no Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos, em relação à obra de outro importante intelectual brasileiro, a saber, Celso Furtado. Essa disputa se constrói em torno à questão do golpe militar dado no país em 1964. Quais foram as principais razões desse episódio que interrompeu nossa então incipiente democracia? Santos argumenta contra a interpretação dominante, representada pelo pensamento de Furtado, por uma visão que considere as variáveis políticas como variáveis explicativas do fenômeno, e não apenas como dependentes da estrutura social e econômica. Entende-se que essa abordagem de Santos é típica de um momento em que a ciência política reivindicava autonomia em relação aos outros saberes já consolidados no país.

**Palavras-chave:** Golpe de 1964. Ciência Política. Wanderley Guilherme dos Santos.

## Abstract

This work seeks to briefly portray the constitution of political science as a particular discursive field in the history of Brazilian political thought. This aim is presented through an analysis of the controversy between Wanderley Guilherme dos Santos, who was one of the fathers of this science in Brazil, and Celso Furtado, another important Brazilian intellectual. This dispute was built around the question of the military coup in the country in 1964. What were the main reasons for this episode that interrupted our fledgling democracy? Santos argues against the prevailing interpretation, represented by the Furtado's thought, by a vision that considers political variables as explanatory variables of the phenomenon, and not just as dependent on social and economic structure. I conclude that Santo's approach of Santos is characteristic of a time when the political science claimed autonomy in relation to other knowledge already established in the country.

**Keywords:** Military coup of 1964. Political Science. Wanderley Guilherme dos Santos.